



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 24 de março de 2025

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,3% São Paulo	131.474 18/3	R\$ 5,717 (+ 0,74%)	17/março 5,686 18/março 5,672 19/março 5,648 20/março 5,675	R\$ 6,185	13,15%	14,16%	Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31
0,08% Nova York	132.344 19/3 20/3 21/3						

## CRÉDITO DE CARBONO

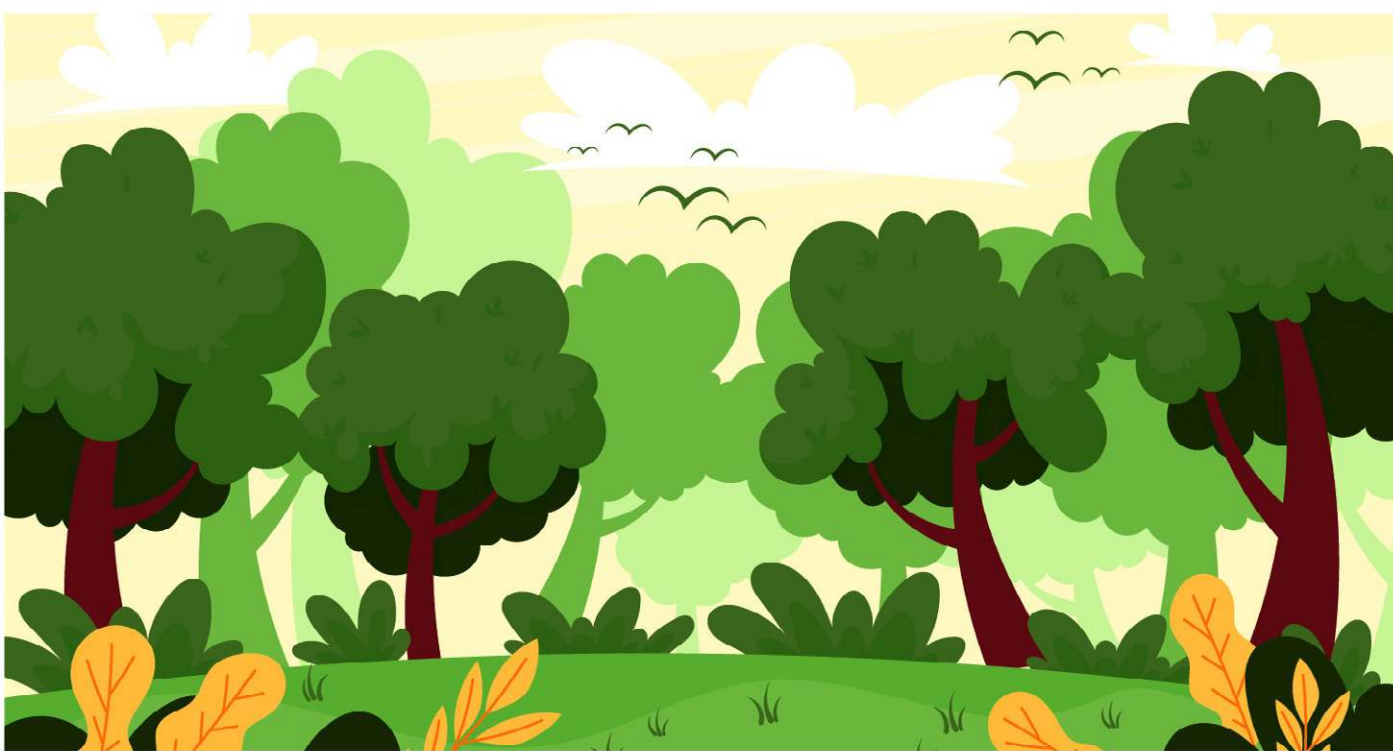
Projeto-piloto prevê a restauração da Unidade Triunfo do Xingu, considerada a área de preservação mais desmatada do país

# Nova aposta de concessão florestal

» RAFAELA GONÇALVES

## Regeneração

Florestas desmatadas poderão ser regeneradas pela iniciativa privada. Entenda como deve funcionar o novo modelo de concessão florestal



■ A Lei de Concessão Florestal, de 2006, autoriza a iniciativa privada a explorar florestas, mas até então isso era feito para madeireiros. Agora, a ideia é entregar florestas desmatadas para a iniciativa privada. O objetivo é que as empresas restaurem as áreas e, em troca, vendam créditos de carbono.

■ Esses créditos, equivalentes a uma tonelada de carbono absorvida ou não emitida, são vendidos principalmente a grandes corporações que buscam compensar suas emissões, como empresas de tecnologia e indústrias energéticas.

■ O projeto prevê que empresas interessadas em atuar nessas áreas invistam na recuperação da vegetação nativa e, em troca, lucram com a comercialização dos créditos de carbono gerados. Para tornar o modelo mais atrativo, parte da receita obtida será repassada aos governos federal e estadual.

### COMO DEVE FUNCIONAR?

- As empresas interessadas devem investir na recuperação da vegetação nativa;
- Em troca, lucrarão com a comercialização dos créditos de carbono gerados;
- Parte da receita obtida seria repassada aos governos federal e estadual.

### UNIDADES

- No estado do Pará, a Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX), uma área de 10 mil hectares, está no centro do projeto. Um leilão será realizado no próximo dia 28 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A licitação premiará o maior lance de outorga variável, ou seja, aquele vinculado à receita anual da empresa vencedora.
- No âmbito federal, o governo pretende conceder 15 mil hectares da Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia, ainda no primeiro semestre de 2025. O objetivo é que, até o final do ano, cerca de 350 mil hectares de floresta pública sejam entregues à iniciativa privada.

### RECEITA

- No Pará, a expectativa é de que a concessionária vencedora possa faturar até R\$ 143 milhões por ano a partir de 2024;
- No modelo federal, os dois lotes a serem negociados podem gerar receitas de até R\$ 1,2 bilhão.

### MERCADO DE CARBONO

Lei sancionada em 2024, que regulamenta o mercado de créditos de carbono, prevê que cota máxima de emissões de CO2 para empresas e multas para quem não compensarem as emissões excedentes.

- Os créditos de carbono funcionam como cotas de emissão de gases do efeito estufa que podem ser comprados e vendidos por governos, investidores e corporações. O direito de emitir novos gases, portanto, é precificado e pode ser comercializado.

Fontes: Governo do Pará, governo federal e PL 182/2024.

## Desafios

Apesar de se mostrar um mercado promissor, desafios logísticos e jurídicos ameaçam o sucesso do modelo, conforme destacou Eduardo Fayet, vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG) e especialista em ESG. “Existem questões sobre a regularização fundiária e a segurança jurídica necessária”, apontou.

Há riscos associados às concessões. A URUX, por exemplo, está localizada a 150 quilômetros da área urbana mais próxima. O local remoto é conhecido por ser frequentemente invadido por grileiros e madeireiros. “A lei prevê

que o Estado tenha a obrigação de garantir o acesso a essas terras, conforme o edital de licitação por parte do setor privado, ou viraria uma guerra dentro dessas áreas. As forças policiais e de segurança, são quem garantem o acesso a essa terra. Resta saber se o Estado brasileiro vai, de fato, cumprir isso na forma que tem que ser cumprida”, explicou.

Outro obstáculo jurídico é que a legislação brasileira limita a duração das concessões florestais a 40 anos, enquanto os créditos de carbono geralmente exigem garantias de que o carbono será retido no solo por, pelo menos, 100 anos.

Na avaliação do especialista em ESG, restam alguns ajustes nesse

processo. “É preciso segurança jurídica e financeira adequada para que as empresas possam compensar efetivamente o carbono, para que isso não vire problema depois”, completou.

## Flona do Jatuarana

Está em aberto um edital federal de concessão da Floresta Nacional (Flona) do Jatuarana, em Apuí, no sul do Amazonas. Diferentemente do Triunfo do Xingu, a região será destinada para modelos tradicionais de manejo sustentável, incluindo a produção de madeira e silvicultura de espécies nativas, em quatro áreas que somam 453,4 mil hectares.

O projeto prevê investimentos em infraestrutura de mais de R\$ 430 milhões e de R\$ 3,4 bilhões nos serviços de operação, ao longo do período de concessão. A estimativa é de criação de 1,5 mil empregos diretos e indiretos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), 24% do pagamento das concessões serão destinados ao município e 12% ao estado onde a floresta está localizada. Os recursos também são destinados ao SFB (12%), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (12%), e 41% voltam para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizar a gestão.

O Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF), publicado em dezembro pela pasta, prevê a concessão de 24 áreas públicas para manejo sustentável e outras nove para restauração florestal. O Serviço Florestal Brasileiro pondera que, no caso do manejo para madeira, o modelo não causa desmatamento e mantém a diversidade biológica, já que são colhidos poucos indivíduos de espécies diversas, no período de 25 a 35 anos. O concessionário só pode manejar os recursos que estão descritos no edital, não tendo direito à terra em si.

A licitação será realizada em 21 de maio, na sede B3, dividida em quatro lotes, as chamadas Unidades de Manejo Florestal (UMFs). O projeto inclui “encargos acessórios”, instrumento contratual que obriga a concessionária a investir uma parcela de recursos em diversos macrotemas.

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa, afirmou que o manejo florestal sustentável é essencial para a preservação da Amazônia. “Protege a biodiversidade, mantém o equilíbrio ecológico, promove o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, reduz o desmatamento e ajuda a mitigar as mudanças climáticas”, explicou.

O Brasil já possui experiências bem-sucedidas em concessões para manejo florestal sustentável. Por exemplo, a Floresta Nacional de Jacundá, em Roraima. “Essas práticas garantem que a exploração dos recursos naturais ocorra de forma responsável”, ressaltou.

## Financiamento

O grande desafio do Brasil à frente da Conferência do Clima é expandir o financiamento climático global de US\$ 300 bilhões por ano para US\$ 1,3 trilhão até 2035. A falta de uma sinalização concreta sobre os caminhos para multiplicar esse valor foi um dos entraves da última edição realizada em Baku, no Azerbaijão, no ano passado.

Presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago sinalizou em carta aberta aos países-sígnatários que o número alto exige uma mudança no modelo de financiamento e que “esses recursos não serão doados pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento”.

Para Daniel Caiche, há diversas alternativas que podem enjugar a iniciativa privada. “Entre elas, estão os mercados de carbono, que permitem a comercialização de créditos de redução de emissões, os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que recompensam os responsáveis que preservam áreas estratégicas, e os títulos verde (green bonds), que direcionam investimentos para projetos sustentáveis”, exemplificou.

Ele destacou a importância de iniciativas como a taxonomia sustentável. “Os compromissos empresariais de descarbonização e de conservação da biodiversidade podem estimular novos investimentos em preservação e regeneração de ecossistemas, tornando a agenda climática mais atrativa para o setor privado”, ressaltou o professor.